

O Tuiuti



BOLETIM PROFISSIONAL DE HISTÓRIA MILITAR

2016 / Nº 192



Conflitos Contemporâneos

Modalidades de Conflito e
Conjuntura Contemporânea



O TUIUTI

Informativo oficial da AHIMTB/RS

Órgão de divulgação das atividades da Academia de História Militar Terrestre do Brasil / Rio Grande do Sul (AHIMTB/RS) - Academia General Rinaldo Pereira da Câmara - e do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS). Membro da Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB).

EDITOR

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel
Presidente da AHIMTB/RS
Vice do IHTRGS
lecaminha@gmail.com

PROJETO GRÁFICO/DESIGN

Fabricio Gustavo Dillenburg
Núcleo de Estudos de Vae Victis
NUCLEV
Delegado AHIMTB/RS (DRHFPC)
nucleomilitar@gmail.com

ENDEREÇOS VIRTUAIS

acadhistoria@gmail.com
www.acadhistoria.com.br

O informativo **O Tuiuti** é uma publicação da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, seção Rio Grande do Sul e do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul, com apoio do Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis e da Delegacia Regional AHIMTB/RS Gen Francisco de Paula Cidade. Seu objetivo é a divulgação dos trabalhos dessas entidades, bem como da História Militar em geral e temas relacionados. Os textos publicados expressam única e exclusivamente a opinião dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião da AHIMTB/RS, do IHTRGS, da FAHIMTB, ou de seus membros, como um todo. O material publicado está protegido por Leis Internacionais de Copyright. Para publicação e/ou redistribuição, por favor, entre em contato com o Editor. Todos os direitos reservados.



EDITORIAL

"Ama, com fé e orgulho, a terra em que nasceste!
Criança! não verás nenhum país como este!
Olha que céu! que mar! que rios! que floresta!
A Natureza, aqui, perpetuamente em festa,
É um seio de mãe a transbordar carinhos.

Vê que vida há no chão! vê que vida há nos ninhos,
Que se balançam no ar, entre os ramos inquietos!
Vê que luz, que calor, que multidão de insetos!
Vê que grande extensão de matas, onde impera
Fecunda e luminosa, a eterna primavera!

Boa terra! jamais negou a quem trabalha
O pão que mata a fome, o teto que agasalha...

Quem com seu suor a fecunda e umedece,
Vê pago o sue esforço, e é feliz, e enriquece!
Criança! não verás país nenhum como este:
Imita na grandeza a terra em que nasceste!"

Eis a obra mestra da poesia à pátria brasileira, palavras de Olvo Bilac que reverberam, muito forte, no coração dos que acreditam neste país. Estão espelhadas na mensagem da LDN, neste número.

Que elas sejam nossas guias permanentes, no ano que chega. E que 2017 seja marcado por respeito e consideração por todos, sobretudo pelos que devem ser referência às instituições e à civilidade. Um excelente Natal e os melhores votos de um 2017 melhor do que o ano que se despede.

F. G. Dillenburg (Co-Editor) por
Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel (Editor)

CONTEÚDO

4 CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS

por Frederico Aranha

Nosso colaborador, Frederico Aranha, apresenta elementos que explicam a conjuntura contemporânea do conflito.

19 O DIPLOMATA DESASTRADO

por Vasco Mariz

O magnífico autor dos grandes sermões e suas atribuladas andanças pela diplomacia imperial portuguesa.

24 MENSAGEM 2016

por Liga de Defesa Nacional (LDN)

Manifesto em defesa da soberania e da grandeza nacional brasileira.



4



19



24



The background image shows two soldiers in a trench. The soldier in the foreground wears a grotesque, bloody skull mask with sharp teeth and has a bandolier of bullets slung over his shoulder. The soldier in the background wears a standard military helmet and is holding a rifle. The trench is lined with sandbags and topped with barbed wire.

A CONJUNTURA CONTEMPORÂNEA DO CONFLITO

**MODALIDADES DE GUERRA:
PERMANENTE, ZONA CINZENTA,
AMBÍGUA E HÍBRIDA**

Frederico Aranha

Um dos mais sérios problemas do nosso tempo é não sabermos exatamente o que a guerra é. (...) Se nos dispomos a identificar em que particularidades a guerra está mudando – se ela realmente está – e como essas mudanças afetam as relações internacionais, precisamos por primeiro saber o que é a guerra. Um dos desafios centrais que desestabilizam as relações internacionais hoje em dia é não detectarmos com certeza quando há uma guerra e quando não há. As consequências da nossa confusão poderão parecer absurdas, quando não, profundamente perigosas. [1]

Sir Hew Francis Anthony Strachan, 2006**

Os sistemas globais do século 20 foram projetados para administrar as tensões entre Estados, bem como as das guerras civis. As guerras entre Nações-Estado e as guerras intestinas têm certa lógica (...). A violência do século 21 não se enquadra no modelo do século 20 (...) violência e conflito não foram banidos (...). Não obstante, por causa do sucesso em reduzir a guerra entre Nações-Estado, as formas de violência remanescentes não se encaixam perfeitamente seja na “guerra”, seja na “paz”, seja na violência “política” ou “criminal”.

Relatório do Banco Mundial, 2011.

ESCLARECIMENTO: este ensaio está fundamentado em especial nas teorias, estudos e trabalhos do Coronel US Mari-

ne Dr. Frank Hoffman (R) acerca dos conflitos contemporâneos, particularmente no que compete à evolução da Teoria das Ameaças Híbridas. A tradução é livre.

A questão chave é que o Ocidente – Estados Unidos, principalmente, NATO e aliados – tem uma cultura estratégica que não contempla suficientemente a história militar ou

O ENTENDIMENTO EQUIVOCADO DA GUERRA IRREGULAR E A ARRAIGADA CONFIANÇA NA TECNOLOGIA TORNAM DIFÍCEIS OS PLANOS REALISTAS.

a estratégia propriamente dita, nem mesmo devota devida atenção à complexidade dos adversários e às muitas formas diferentes que o conflito humano pode assumir. O grande desafio intelectual é a concepção estreita de conflito que pretexta reproduzir o pensamento do grande soldado prussiano CLAUSEWITZ (On War, 1989), sem, no entanto, compreender a verdadeira essência da sua teoria e como ela se aplica a tudo que envolve presentemente o fenômeno interativo a que chamamos “Guerra”.

A percepção corrente acerca dos riscos de guerra total, a presumida superioridade do poder militar (de parte do EEUU e aliados), o entendi-

mento equivocado da guerra irregular e a arraigada confiança nas panaceias tecnológicas, como as munições de precisão guiadas e a guerra dos drones, entre outras, tornam difícil traçar planos de defesa realistas. Conforme o DR. FRANK G. HOFFMAN [2], três consequências podem brotar da compreensão incorreta dos conflitos contemporâneos:

- Expectativas políticas e públicas desajustadas de vitória rápida a baixo custo,
- Concepção excessivamente simplista do emprego da cinesia do poder militar e o que, supostamente, poderá ser conquistado, e
- Análise ingênua do adversário e do contexto do conflito.

O tipo de conflito-exemplo favorito é a operação Tempestade no Deserto (1991). Pareceu, de modo geral, uma guerra simples e justa, a luta contra o “diabo”, a vitória rápida e de baixo custo material e humano e conclusão decisiva, embora não tão decisiva como a IIª Guerra Mundial. Sobre ela, Martin Van Creveld, importante pensador e historiador militar israelense, Professor Emérito da Universidade Hebraica de Jerusalém, afirma no seu recente livro *Pussycats: Why the Rest Keeps Beating the West and What Can Be Done About It* (2016), que (Desde a IIª GM), a única vez que os países ocidentais lograram uma clara vitória militar sobre oponentes não-ocidentais, foi na Iª Guerra do Golfo ... Afora esse conflito, em todas as ocasiões que o Ocidente ... com-

bateu contra não-ocidentais, foi derrotado.

Ocorre que muitos conflitos são sujos, desorganizados, alvo e objetivo relativamente mal definidos, com grande número de atores perseguindo interesses difusos e colhendo resultados insatisfatórios. Debates sobre supostas gerações de guerra ou guerras “novas” são hoje extremamente comuns nos círculos acadêmicos e no meio militar e a frequência e prevalência das guerras irregulares é amplamente reconhecida[3]. De modo geral, a guerra convencional em grande escala é fácil de entender. Os eventos evocam imagens de batalhas de carros de combate, barragens de artilharia, bombardeios aéreos e massas de homens chocando-se em enfrentamentos cruentos, tudo detalhadamente registrado em incontáveis filmes e livros. Igualmente, operações de Contra Insurgência (COIN) e de estabilização dispensam maiores explicações, pois são corriqueiras e amplamente divulgadas e entendidas pela sociedade. Contudo, outros termos foram criados e introduzidos no léxico dos analistas de segurança nacional e defesa na década passada, numa tentativa de descrever conflitos que não se enquadram no arquétipo da guerra convencional, embora substancialmente diferentes das operações COIN e de estabilização.

CONFLITOS NA ZONA CINZENTA E GUERRA AMBÍGUA

A expressão gray zone conflicts surgiu simultaneamente no US Quadrennial Defense Review (QDR) 2010 e em documentos oficiais do governo do Japão[4]. O termo reflete atividades multidimensionais deliberadas de um Estado ator, alguém do emprego agressivo de forças armadas. Nesses conflitos, os adversários empregam uma sequência integrada de instrumentos de poder nacional ou subnacional numa guerra ambígua para atingir objetivos estratégicos específicos, sem ultrapassar a tênue linha que limita o conflito aberto. Os adversários podem usar forças terceirizadas (proxy forces) para elevar o nível do poder militar sem comprometer suas forças regulares, mantendo, no entanto, a possibilidade de negar tal uso.

Exemplos recentes de conflitos na zona cinzenta incluem o comportamento agressivo da China no Mar do Sul da China, apelidado de “tática

de fatiar salame”, pela qual a ordem internacional existente é cuidadosamente corroída, asseverando sua própria reinterpretção das leis e regras em vigor. As declarações diplomáticas ameaçadoras, a instalação de bases aeronavais e o uso deliberado de forças militares e grande número de frotas pesqueiras para afirmar a soberania sobre ilhas e atóis contestados no Pacífico, constituem um caso típico de atos deliberados de agressão. A China está envolvida em 68% dos incidentes navais na região [5]. A Rússia adota táticas similares contra Estados vizinhos, uma forma de “cozinhar em fogo baixo”, com o objetivo de expandir a esfera de influência de Moscou sem provocar uma reação armada da NATO.

Ambos os casos demonstram claramente que Estados, a que falta capacidade para

NOVOS DESAFIOS v

Embora, fundamentalmente, as motivações continuem as mesmas - com ligeiras variações - a guerra contemporânea extrapola o próprio conceito original, apresentando novos e perigosos desafios.





^ PREPARO INSUFICIENTE

Novos desafios implicam em novos treinos, novos equipamentos, novas táticas. A velocidade com que as mudanças acontecem nem sempre permitem a adaptação do combatente em tempo hábil.

atingir objetivos estratégicos por meios convencionais, podem imaginar e pôr em prática mecanismos para erodir a ordem internacional ou “congelar” eventual resposta de outros Estados mediante ações agressivas ambíguas. Demonstram, similarmente, que Estados detentores dos meios convencionais necessários podem decidir que os seus objetivos são exequíveis sem apelar para a guerra regular e que essa “zona cinzenta” do conflito atende melhor, em dado tempo, essa estratégia. Esses países parecem perceber que a cultura estratégica americana (e ocidental) conceitua guerra e paz como duas situações distintas, dita binária, perspectiva não compartilhada por outras culturas. A veterana analista de políticas de defesa Dra. Nadia Schadlow *** observa: Por falhar em compreender que o espaço entre guerra e paz não é um vazio – mas uma terra

de ninguém batida por lutas políticas, econômicas e de informação/contrainformação, que exigem constante atenção – a política exterior americana arrisca ficar, por falta de opção, reduzida a uma ênfase tática na reação do dispositivo militar [6].

O Alto Comando britânico destacou em 2014 a necessidade de articular contramedidas para o que chamou de “Guerra Ambígua”. A relevância desse termo é atribuída à tomada da Criméia, já que as ações planejadas por Moscou obscureceram a participação

da Rússia, ao mesmo tempo que travaram ou atrasaram as reações do Ocidente. Outro passo, a atividade russa no leste ucraniano, onde batalhas de vulto foram e são travadas com número expressivo de baixas, não tem feição de ambígua: forças russas, assessores Spetsnaz (forças especiais), blindados e artilharia são ali empregados em apoio direto aos separatistas. Nada tem de dissimulada nem secreta. A guerra no leste da Ucrânia não é exatamente uma guerra por procuração (proxy war); é uma combinação de meios militares avançados com forças irregulares, forte propaganda e coerção da população civil. Vladimir Putin pode minimizar o volume de suas forças envolvidas, decretar leis tornando ilegal a divulgação pública das baixas russas e cremar os corpos dos

EM TEMPO REAL v

Simultaneamente, aos novos desafios gerados pela guerra moderna, há uma maior cobertura midiática das catástrofes geradas pelos combates, sobretudo na áreas urbanas, mostrando o caos entre os civis.



soldados mortos para impedir a revelação da profundidade e dos elevados custos do envolvimento da Rússia, porém nada disso transformará o conflito em algo que não seja uma operação russa, por agora sem solução à vista[7]. A política exterior da Rússia sob Putin assenta-se em abastecer a mídia com inverdades: tão simples e poderosa, tão soviética. A disseminação de histórias falsas é eficiente arma russa. Servindo-se da mídia convencional ou de canais de comunicação terceirizados ou clandestinos, o Kremlin confia na contrainformação/desinformação para criar dúvidas, temor e discórdia na Europa e no EEUU.

O semanário alemão Die Zeit publicou recentemente reportagem que desvenda faceta das ligações do Kremlin com os separatistas ucranianos Pró-Rússia, do Leste (República Popular do Donetsk). Com base na revelação de 10.000 mensagens eletrônicas, os autores da reportagem demonstraram como o “Ministro do Interior” dos separatistas recebe instruções de advisers desde o Kremlin, para manipular e falsear a cobertura noticiosa dos combates e outros acontecimentos na região. Foram identificadas provas convincentes dessa manobra, incluindo um manual de instruções. Esse manual determina o teor das informações a serem divulgadas: o Ocidente deve ser retratado como inimigo da Ucrânia e o governo em Kiev como transgressor dos termos do Acordo de Minsk. Sublinha também a



ILHA WOODY ^

Ilha Woody, Base chinesa. Reclamada por China, Taiwan, Filipinas e Vietnam. Cerca de 45 pontos do arquipélago são ocupados pela China, Filipinas, Malásia, Tailândia, Taiwan, Vietnam, Brunei e marginalmente pela Indonésia. O objetivo da estratégia chinesa é pôr em cheque a presença do EEUU – aliado de alguns desses Estados – nessa região do Pacífico.

importância de monitorar rigorosamente as redes sociais e ordena de sejam criados grupos de usuários aliados, formados por ativistas jovens (V. <http://us11.campaign-archive2.com/?u=cd23226ada-1699a77000eb60b&id=63a-8aa8451&e=85623a82b2>).

O grande leque das atividades russas contra o Ocidente não inclui a guerra como o EEUU tradicionalmente a define, pois, “guerra” implica numa resposta centrada na defesa e no ataque/contra-ataque com todos os meios e ações militares violentas. Assim sendo, HOFFMAN (Cit.) propõe que as melhores qualificações para exprimir as nuances das outras ‘guerras’ (antes descritas), são conflitos na zona cinzenta ou ambíguos.

GUERRAS IRREGULARES

Podem ser travadas por Estados, mas de modo geral envolvem atores Não-Estado empregando forças e meios subconvencionais incluindo emboscadas, reides e ataques limitados. A doutrina ociden-

tal define guerra irregular como um violento embate entre Estado e Não-Estado para granjear legitimidade e influência sobre a maioria da população[8]. Caracteriza-se pelo ataque indireto e assimétrico, de forma a obviar a confrontação frontal e arriscada contra adversários mais fortes. O objetivo de uma força irregular é desgastar o poder do oponente, sua legitimidade, vontade e moral. Tais conflitos são usualmente rápidos, mas podem se prolongar no tempo, ou ainda se tornarem persistentes. Incluem insurgência, contrainsurgência, terrorismo e contraterrorismo. Casos modernos de guerra irregular comportam crescentes atividades tradicionalmente caracterizadas como criminosas e organizações criminosas transnacionais podem estar presente em tais



^ 200ª BRIGADA EM MURMANSK

Claramente visível o nº do código do transporte ferroviário da unidade – H-2200 e o triângulo e nº 831 em amarelo do carro T-72 B3. A inscrição na lateral do carro da foto da esquerda, abaixo, além da foice e martelo, é “pela pátria mãe”. Os borrados brancos na torre, foram feitos pelo fotógrafo para encobrir o número.

conflitos. O nível de violência nas guerras irregulares é usualmente baixo, mas pode se elevar rapidamente em consequência de ataques pontuais ou atos de terrorismo.

Esses conflitos têm níveis de violência e agressão indireta muito acima dos vistos naqueles desenrolados na zona cinzenta, mas abaixo do prelúdio da guerra convencional, em que blindados, artilharia e poder aéreo são empregados com alto grau de integração e violência entre os combatentes. O DAESH (Estado Islâmico) representa o mais graduado adversário irregular, com altos níveis de adaptação e crescente letalidade[9].

O terrorismo é um sub-ramo da guerra irregular, normalmente associado a certos tipos de grupos armados, ao in-

vés de uma precisa descrição de um modo de guerra. A definição oficial contida no U.S. Code convencionou que terrorismo é a violência premeditada, politicamente motivada, contra alvos civis por bandos subnacionais ou agentes clandestinos [10]. Pode ser a tática de um movimento revolucionário ou opção estratégica de pequenas células de fanáticos – religiosos ou não.

Há consenso generalizado na área da informação, que o acesso relativamente “democrático” a equipamentos letais pode encorajar pequenas organizações ou até indivíduos a praticar exacerbada e crescente violência [11]. Há não mais de década e meia, inúmeras previsões profetizaram uma nova era de ultra ou catastrófico terrorismo na qual extremistas iriam tentar matar milhares de americanos (e ocidentais) num só dia. Foram sistematicamente ignorados até 9/11 [12]. A violência politicamente incentivada contra inocentes não combatentes tem aumentado assustadoramente, com crescente nú-

mero de ataques em grande escala ocorrendo em conflitos em marcha, muitos dos quais concentrados em ambiente de guerra intestina (Síria, Iraque, Nigéria, Iêmen e Afeganistão), representando uma grave ameaça ao Ocidente e à paz mundial[13].

A maioria desses ataques (60%) ocorrem em cinco países – Iraque, Afeganistão, Paquistão, Índia e Nigéria –, ao passo que mais de oitenta por cento das mortes por ataques terroristas têm lugar no Iraque, Nigéria, Afeganistão, Paquistão e Síria. Houve uma significativa escalada nos ataques devastadores – os que matam mais de 100 pessoas – e a tendência é aumentarem diante da situação fluída em várias regiões do mundo.

O envolvimento persistente e ameaçador da Al Qaeda é apenas um elemento dessa projeção. Não há dúvida que o núcleo central do grupo sofreu grande transformação. Alguns analistas asseveram que o movimento tem agora um comando centralizado de qualidade, grande resiliência e habilidade, superior apelo público e maior número de santuários do que se imagina[14]. Como apontou o diretor executivo da START (Maryland University) William Braniff, os movimentos geralmente associados à Al Qaeda continuam sendo os grupos mais letais do mundo[15]. Agravando o quadro, o DAESH supera a Al Qaeda em influência, recursos, recrutamento, é mais requintado no emprego da violência e combina me-

lhor terrorismo, repressão e prestação de serviços à população submetida. Ademais, toca um ambicioso projeto estratégico – a implantação do Califado Islâmico[16], embora venha sofrendo derrotas cruciais e perda de territórios. A violência generalizada não está limitada ao Oriente Médio ou sul da Ásia. O grupo Boko Haram, por exemplo, é apontado como autor, a partir de 2001, de mais de 20.000 mortes na Nigéria e países vizinhos. É considerado desde 2013 uma organização terrorista pelo Departamento de Estado americano. Em março de 2015, rompeu sua ligação com a Al Qaeda e filiou-se ao DAESH, passando a comandar a wilayat (Província) da África Ocidental do Califado Islâmico[17].

GUERRA HÍBRIDA

A partir da conceituação do General US Marine Charles Krulak (R) das guerras futuras como filhas legítimas da guerra na Chechênia (1997) (V. http://www.worldcat.org/title/matter-of-strategic-focus/oclc/832095338&referer=brief_results), analistas do Corpo de Fuzileiros Navais do EEUU identificaram tendências sugerindo esforços deliberados para conjugar e embaçar métodos de guerra. A convergência dessas previsões evoluiu para a teoria das chamadas ameaças híbridas [18]. A atuação anos mais tarde do Hezbollah no sudeste do Líbano encaixou nas projeções dos analistas e, aparentemente, o escopo pareceu relevante também ao exame de

outros conflitos. Numerosos líderes militares americanos, incluindo Secretários da Defesa e Chefes de Juntas Militares, reconheceram que os princípios vigentes no país não se identificavam, então, com os conflitos contemporâneos. Hoje, ameaças híbridas fazem parte do léxico usado pelos militares americanos do mais alto nível, das análises da inteligência nacional e de papers importantes de outros países acerca do caráter futuro da guerra. Alguns analistas europeus, inspirados no exemplo russo, reconheceram a evolução híbrida como uma característica dos conflitos atuais. A NATO desenvolveu toda uma teoria particular a respeito da guerra híbrida [19].

O termo “híbrido” reflete mais do que simples confluência ou descrédito de táticas regulares e irregulares. Foi originalmente definido com vistas a qualquer adversário que emprega simultânea e adequadamente uma imbricação de armas convencionais, táticas irregulares, terrorismo catastrófico e atividade criminosa no campo de batalha para obter ob-

jetivos políticos [20]. O crime, a convulsão social organizada e os elementos do terrorismo em massa da guerra híbrida não podem ser menosprezados, no entanto a fusão de técnicas avançadas, comportando tecnologias de ponta com a fluidez das táticas irregulares é o ponto fulcral e tem aparecido repetidamente na última década. A teoria híbrida foi vista aplicada nas campanhas da Rússia na Geórgia e Ucrânia. Na Criméia, a Rússia demonstrou que aprendeu com os contratempos na Geórgia em 2008 e empregou métodos mais indiretos [21]. Putin certamente não inventou a arte da guerra híbrida, porém uma nova geração de líderes russos incubada no coração da KGB (Komitet Gosudarstvennoi Bezopasnosti – Comité de Segurança do Estado, principal organização dos serviços secretos da antiga União Soviética) está

RISCO IMINENTE v

A proliferação de conflitos e o abandono de materiais por potências combatentes têm gerado a possibilidade de armamento de grupos que seriam, de outra forma inócuos ou de pouca expressão.





^ FUGA PELA SOBREVIVÊNCIA

Em decorrência do descaso e inefetividade de entidades que deveriam zelar pelos civis, migrações em massa têm submetido países a uma pressão cultural e religiosa que é, potencialmente, um caldeirão de conflitos.

claramente aplicando os conhecidos conceitos russos de “conflitos permanentes”, de modo geral mal-entendidos por americanos e ocidentais [22]. O Chefe do Estado-Maior da Federação da Rússia – General de Exército Valery Gerasimov – particularizou em 2013 que (...) tornou-se difícil distinguir Guerra e Paz. Os métodos do conflito mudaram e agora envolvem o amplo uso de medidas políticas, econômicas, de informação e contrainformação, humanitárias e outras iniciativas (eventualmente militares) não-violentas. O que alguns chamam “Doutrina Gerasimov”, equivale a tendências identificadas por teóricos militares e pela comunidade internacional de inteligência como um conjunto de “Ameaças Híbridas”, embora os russos o denominem “Guerra Não-Linear” ou “Guerra de Nova Geração” (V. <https://inmoscowsshadows.wordpress.com/2014/07/06/>

the-gerasimov-doctrine-and-russian-non-linear-war/). Por essa razão, a guerra híbrida é agora tema explícito de discussão no âmbito da NATO e por think thanks europeias. Ela se relaciona também à novel doutrina (revolucionária) iraniana. Embora ameaça híbrida esteja ligada mais fortemente a conflitos terrestres, os investimentos do Irã na força naval e os exercícios que pratica demonstram claramente que é possível uma guerra híbrida high tech em larga escala no mar. O conjunto de pequenos, mas letais barcos, mini submarinos, minas, apreensões ilegais, manobras provocadoras, mísseis de cruzeiro antinavios avançados e advertências de interdição de terminais vitais de petróleo, configura uma ameaça híbrida marítima. O Irã vai mais longe: serve-se de forças proxy no Lêmen – insurgentes Houthis xiitas – para atacar a Marinha americana no Oceano Índico, fornecendo (e possivelmente operando) estações de radar e mísseis de cruzeiro.

Recentemente, alguns teóricos e analistas têm acrescen-

tado ao menu das ameaças híbridas tipos de ações para forçar a manutenção da atividade beligerante abaixo da linha de partida de uma possível intervenção do EEUU ou dos nossos aliados [23]. Essa tentativa de expansão da teoria das ameaças híbridas é compreensível, haja vista a influência de trabalhos russos e chineses que pregam a fusão de ferramentas não-militares (financeiras, propaganda, desinformação, etc.) com ameaças de força. Todavia, como já exposto, a ideia da guerra “aquém da linha do conflito aberto” se encaixa melhor nos conflitos ambíguos ou da zona cinzenta, que envolvem operações de guerra de baixa ou nenhuma violência. As ameaças híbridas combinam vários modos de luta no tempo e no espaço, com a violência permeando a extensão do conflito. Os conflitos na zona cinzenta não atravessam o limite do conflito aberto e empregam um conjunto de métodos diferentes, que não inclui o possível derramamento de sangue.

CONFLITO NÃO-CONVENCIONAL

Alguns teóricos têm pregado o revigoramento da capacidade americana de operar numa guerra com baixos níveis de luta armada. Consoante HOFFMAN (Cit.), Max Boot e Dave Maxwell, acatados historiadores militares, registraram as deficiências dos americanos ao responder a conflitos externos, com os quais foram obrigados a lidar durante a Guerra Fria[24]. Eles recorda-

ram os argumentos de George Frost KENNAN (diplomata, cientista político e historiador norte-americano, figura central no advento da Guerra Fria) para a institucionalização da capacidade do EEUU com vistas à guerra política na década de 1950, deduzidos como o emprego de todos os meios a disposição do comando da nação para alcançar os objetivos nacionais sem guerra. Tais operações podem ser públicas ou secretas. Cobririam desde operações transparentes, como alianças políticas, medidas de suporte econômico e propaganda ostensiva, às operações secretas, como apoio clandestino a elementos estrangeiros “amigos”, guerra psicológica deletéria e até encorajamento da resistência subterrânea em Estados hostis[25]. A definição de guerra política de KENNAN é sutil. Sua conceituação nada ou pouco tem a ver com a guerra per se; prega declaradamente esforços não-militares associados à subversão e contra-insurreição. Apesar de para ele esses esforços comporem, em termos de apoio a grupos e facções políticas, um elemento exclusivamente político, o repertório dos estratagemas envolvidos extrapola a esfera política e diplomática. Contudo, não há dúvida de que a guerra não-convencional e as diversas técnicas incluídas na definição de KENNAN de guerra política são relevantes no século 21[26].

Ao contrário de outras formas de guerra incluídas no leque de conflitos proposto, a guerra não-convencional não se encaixa facilmente como modo independente em termos de escalada da violência. Manifestamente, a guerra não-convencional pode ocorrer tanto na paz como na guerra, coexistindo com outros métodos.

De acordo com o gráfico abaixo, ela está presente em todo o cenário, não exatamente em razão da intensidade da violência. Esse conceito poderá ter grande mérito como resposta às ações da Rússia e da China na zona cinzenta do conflito, visto que ambas não abraçam a ideia de que guerra e paz conformam uma situação binária. Igualmente, entreveem, assim como outras culturas estratégicas, uma continuidade mais complexa da cooperação, competição, colaboração e do conflito. Além do mais, outras Nações não estruturam suas instituições governamentais militares e não-militares com as mesmas distinções “preto ou branco” do breviário americano.

Por sua natureza, a capacidade dos Países para praticar a guerra não-convencional tem de abranger a habilidade de desenvolver e executar uma estratégia que integre estreitamente medidas para contrapor ações subversivas e de propaganda, e ações políticas da esfera do conflito na zona

cinzenta, ao invés da praticada atualmente, por exemplo, pelo EEUU, forte em operações de guerra convencional[27]. HOFFMAN (Cit.) afirma que a experiência com os russos durante a Guerra Fria e mais recentemente, recomenda que a associação de atividades políticas/econômicas/subversivas, que é traço da arte operacional dos russos, deve ser amplamente analisada de modo a elaborar contramedidas adequadas[28]. Diz mais, que o domínio da informação será campo de crescentes e intensas confrontações. Grupos de Estados e de Não-Estados vão explorar intensamente a Internet e outras formas de mídia social por todo o desenrolar do conflito. Pode-se esperar ataques típicos da guerra de informação e consequente insegurança cibernética como item do portfólio de qualquer desafiante, evoluindo rapidamente esse modus operandi ao ponto de ser considerado “arma de combate” da ameaça não-convencional[29]. Claro exemplo dessa insidiosa “arma de combate” é a não tão velada tentativa da Rússia de interferir na eleição americana por meio de hackers proxies (WikiLeaks, Guccifer 2.0, Cozy Bear, Fancy Bear, etc.). Os arquivos da Convenção do Partido Democrata americano foram penetrados e cerca de 20.000 documentos

GRADUAÇÃO DO CONFLITO v
Quadro de guerra não convencional.
Fonte: Heritage.com





^ GUERRA CIBERNÉTICA

Embora operando com grande efetividade, a confiança demasiada em equipamentos robóticos e afins têm causado uma série de problemas, não apenas de planejamento, mas de execução em ações críticas.

revelados. Está no ar a ameaça do WikiLeaks de divulgar nas vésperas da votação 40.000 papers relacionados à candidata Hillary Clinton, supostamente fornecidos pelos russos. A empresa de segurança CrowdStryke, contratada pelo Partido Democrata, suspeita que o grupo Cozy Bear trabalha para o GRU – Serviço de Inteligência Militar russo, e o grupo Fancy Bear para o FSB – Serviço Federal de Segurança, substituto da antiga KGB, do qual Vladimir Putin foi o segundo chefe, quando então promoveu uma total reorganização do órgão, tornando-o altamente eficiente. Deixou o posto para ser Presidente da Rússia[30].

GUERRA CONVENCIONAL LIMITADA

As guerras “limitadas” têm, geralmente, como atores Nações-Estado empregando meios militares convencio-

nais, embora balizadas por vetores como fronteiras, acidentes geográficos, tipo de alvos, ou o uso disciplinado de forças. A invasão americana do Iraque em 2003 foi concebida e executada como conflito limitado. Desmantelar o regime de Saddam Hussein pela força convencional das armas era um objetivo absoluto, e os esforços de Saddam para impedir sua consecução transformou a guerra em luta ilimitada pela sobrevivência. Todavia, a condução inicial da guerra pelo EEUU e aliados foi altamente disciplinada na seleção dos alvos, dos objetivos iniciais, do teatro geográfico dos combates e o modo pelo qual as forças militares foram empregadas. HOFFMAN (Cit.) nos inteira que Sir Lawrence Freedman aplicou o termo “Guerra Convencional Limitada” para descrever o conflito ucraniano[31]. No entanto, segundo ele, sucedem nesta altura dois problemas com essa classificação. Primeiro, como conceito extraído das discussões sobre o emprego de armas nucleares no período da Guerra Fria, realmente identifica os objetivos de Moscou,

mas não diz nada ou muito pouco sobre os detalhes da estratégia ou métodos utilizados pela Rússia. De fato, muitas guerras são intrinsicamente limitadas pelos objetivos e meios de luta que empregam. O ideal teórico de Clausewitz da ‘guerra absoluta’ raramente é encampado. Destarte, o termo tem pouco valor intelectual ou informativo, uma vez que não faz distinções úteis e estatui o óbvio: a Rússia não empregou todos os recursos do seu arsenal estratégico. Particularmente, nada esclarece sobre a perspectiva de Kiev, porquanto o desmembramento da Ucrânia não é, certamente, uma questão menor (limitada) para aquele governo. Segundo, as guerras limitadas são usualmente guerras convencionais conduzidas por atores estatais, relativamente receptivos a operar com parte da sua capacidade militar total na perseguição de objetivos circunscritos. Outrossim, por causa da deliberada ambiguidade e opacidade das atividades da Rússia, a questão não é tão relevante para determinar o caráter do conflito no leste ucraniano ou os métodos que a Rússia emprega para alcançar seus objetivos políticos.

GUERRA EM LARGA ESCALA

Após mais de vinte anos de operações de manutenção da paz, estabilização e contrainsurgência na África, Balcãs e Oriente Médio, fração ponderável da comunidade de segurança ocidental crê na impossibilidade da Guerra

em grande escala. HOFFMAN (Cit.) admite que um número grande de expertos assegura, equivocadamente, que a competição entre as grandes potências e o combate de alta intensidade são coisas do passado. Infelizmente, afirma, eles estão errados. Tendências positivas de redução dos níveis de conflito entre Estados manifestaram-se por cerca de uma geração; entretanto, várias condições-chaves que garantiram essa era de estabilidade estratégica estão aviltadas. A prevalência da estrutura de poder americano contribuiu para reduzir os níveis de conflito ou guerra entre Estados. Não obstante, esse sistema, e a segurança resultante, está sendo desafiado, ameaçado pela redução da presença americana em regiões-chave, por *affaires* diplomáticos relacionados com a Guerra Fria pendentes e, até, por alguns atores regionais que estão produzindo ou perseguem a posse de armas nucleares e adquirindo outros sistemas de armas de alto poder destrutivo. Alterações na correlação de forças em razão do formidável crescimento econômico da China e a rápida modernização do seu aparato militar, ou pela abordagem russa caracteristicamente militar aos seus interesses de segurança na Europa, no Ártico e alhures, podem produzir circunstâncias nas quais a competição entre as grandes potências é capaz de resultar em guerra[32]. Inclusive acadêmicos que pregam uma po-

lítica exterior menos agressiva e uma presença militar americana mundial menor admitem que, historicamente, períodos de transição caracterizados por declínio de hegemonia e a simultânea ascensão de novas potências são instáveis e propensos à Guerra[33].

O surgimento de potências emergentes pode provocar conflitos armados com as grandes potências [34]. A geração de conflitos é possível também pelo temor de potências em declínio, que podem se inclinar a assumir maiores riscos para compensar a perda de prestígio e influência. As ações da Rússia nos últimos dois anos dão a ideia de que uma potência que não consegue resolver a perda de capacidade para manter seu status ou pretende desviar a atenção pública interna da situação doméstica declinante, pode cogitar da validade de uma guerra entre Estados. HOFFMAN (Cit.) assevera – o conflito entre grandes potências não é inevitável, mas, como evidência de tendência perturbadora, registra – enquanto o orçamento militar do EEUU sofreu uma redução de 25% em termos reais, as despesas militares na Ásia crescem sensivelmente e agora são maiores do que todos os orçamentos militares da Europa somados [35]. Prossegue, o decréscimo do poder americano no teatro Ásia/Pacífico reduziu a capacidade de uma persuasão convencional e a expansão militar da China pode precipitar uma possível instabilidade na região. O

EEUU está sendo desafiado a demonstrar que detém condições de empreender operações militares na região da Ásia/Pacífico, cumprindo as obrigações acordadas com os aliados. Isso exige capacidade militar – sobre a qual recai forte suspeita – para garantir dois objetivos críticos: manter a liberdade no ar, mar, espaço e no universo cibernético e neutralizar, pela coação, a potencialidade de um conflito regional em larga escala. Um estrategista observou que a solução seria (o EEUU) ‘ao intervir na Ásia para resolver problemas regionais, fazer com que todos acreditem que há melhores soluções do que a força das armas’ [36].

Inúmeros conflitos podem ser provocados por líderes decadentes, para benefício particular e para reforçar seu prestígio, mediante apelos ao nacionalismo. O fervor nacionalista pode fugir ao controle, inflando temores e impondo objetivos além do cálculo frio dos interesses nacionais e compromissos políticos, o que por sua vez pode levar a erros de avaliação e ações agressivas que aumentam as probabilidades de conflagração. A eventualidade que esse quadro possa ocorrer na Ásia não deve ser menosprezado. Entrementes, na Europa, Putin explora os mais profundos sentimentos do nacionalismo russo e do Cristianismo Ortodoxo, para reforçar seu sólido capital político [37]. HOFFMAN (Cit.) alerta que o EEUU (considerando-se a redução da capacidade militar americana, combinada com a progressiva agressividade de dois Estados

**^ VETOR DEFINITIVO**

Independente do tipo de conflito em questão, é o homem o vetor definitivo, capaz de levar a guerra ao inimigo com o discernimento racional fundamental para evitar a destruição e o sofrimento desnecessários.

autoritários, China e Rússia) enfrenta o crescente potencial de um conflito entre Grandes Potências. (...) A América ingressou numa era na qual sua vantagem tecnológica está se desfazendo rapidamente e sua superioridade militar cada vez mais desafiada. Essa conjuntura tem provocado apelos do Pentágono às forças vivas da Nação, no sentido de ampliar os esforços para desenvolver tecnologias avançadas que devolvam a dominação técnica perdida[38]. Haja vista a alta possibilidade de conflitos permanentes de baixa intensidade (cinzento, irregular e híbrido), a eventual incidência de conflitos limitados e de alta intensidade também cresce, porque qualquer Administração Americana pode-se achar sem meios adequados para deter ou eliminar ataques de Estados agressivos ou oportunistas[39]. Acima de tudo, os níveis dos fundos

disponíveis para financiar o treinamento e equipamento dos militares, necessários à contenção de todas as ameaças do cenário, estão muito abaixo do necessário. (...) Todas essas condições conjunturais estão agora sob risco, como consequência da reduzida capacidade e vontade política do Ocidente de tomar medidas para sustentar a ordem internacional cuidadosamente planejada e garantida para preservar a paz mundial. O antigo alto oficial do Pentágono Dov Zakheim observou – A constituição da superioridade Americana, testemunhada na década passada, não foi inevitável. Foi, sim, produto de escolhas conscientes ... Podemos adequar essas opções ao momento, visando uma melhor preparação para conflitos futuros [40].

CONCLUSÕES

HOFFMAN (Cit.) alerta acerca da situação particular da segurança do EEUU e do Ocidente: A comunidade de segurança Americana deveria abandonar as classificações

simplistas. A distinção do tipo 'branco e preto' entre Guerra e paz, ou as tradicionais Guerra e Guerra Irregular, parecem adequadas, mas não é tão fácil qualificar o mundo real. De fato, alguns adversários exploram os paradigmas americanos e o vazio institucional que parecem criar. É preciso reconhecer que futuros adversários podem ter ideias próprias de como combater, aptos a concilia-las com deliberada combinação de tipos de conflito. Antigas e arraigadas noções de guerra declarada entre Estados, com exércitos e marinha simetricamente equipados enfrentando-se em campos de batalha previamente definidos, há muito deixaram de ter valor. (...) O EEUU e aliados confrontam adversários capazes de empregar técnicas e estratégias que se prestam a todas as circunstâncias dos conflitos contemporâneos. (...) HOFFMAN (Cit.) acredita que as lideranças atuais do Departamento de Defesa do EEUU e os aliados europeus compreendem o desafio dos conflitos na zona cinzenta e da guerra híbrida, embora, advirta – não se pode perder de vista a realidade de que a vitória na guerra convencional está baseada na excelência do emprego de armas combinadas. O conflito de alta intensidade entre Estados não é uma relíquia da história. O potencial da guerra entre Estados ainda existe e é sensivelmente perceptível. (...). (Porto Alegre, 17 de outubro de 2016).

*Frank G. Hoffman, PhD – Coronel (R) US Marine Corps, Consultor de Assuntos de Segurança e Defesa do Congresso dos EEUU, do Departamento de Defesa e das Forças Armadas americanas, Pesquisador Senior do Institute for National Strategic Studies (NDU), Professor Universitário, Articulista e Escritor.

**Sir Hew Francis Anthony Strachan, PHD – Renomado professor escocês, conferencista, historiador militar e articulista, especialista em Iª Guerra Mundial e história do Exército Britânico, autor de *The First World War*, *The First World War in Africa*, *The Direction of War*, *Big Wars and Small Wars*, *The British Army*, *Manpower and Society into the Twenty-first Century*, entre outros livros.

***Nadia Schadlow, PHD, Analista Senior da Smith Richardson Foundation. Serviu no Grupo de Estudos Políticos do US Department of Defense e é membro efetivo do Council on Foreign Relations.

Notas:

(1) Sharia é um termo árabe que significa "destino", "diretriz", mas que historicamente é empregado para referir o conjunto de leis da fé compreendido pelo Alcorão, a Suna (obra que conta a vida do profeta Maomé) e sistemas de direito árabe antigos, tradições e costumes e o trabalho de estudiosos muçulmanos durante os primórdios do Islã. Numa interpretação estrita do islamismo salafista, que remonta ao século XVIII, a Sharia, lei revelada pelo Deus perfeito e eterno, é obrigatória para os indivíduos em todos os seus

detalhes. Os muçulmanos que negam sua validade são rotulados por tradicionalistas islâmicos como infiéis ou apóstatas (os que se convertem a outra religião). Enfrentam a pena de morte. No caso dos cristãos, a pena de expulsão ou de morte pode ser elidida pelo pagamento de pesadas taxas.

[1] Hew Francis Anthony Strachan, "The Changing Character of War", conferência no The Graduate Institute of International Relations, Geneva, Switzerland, November 9, 2006, <http://www.europaeum.org/files/publications/pamphlets/HewStrachan.pdf>

[2] Frank G. Hoffman, "Hybrid vs. Compound War", *Armed Forces Journal*, October 2009, <http://indianstrategicknowledgeonline.com/web/4198658.pdf>

[3] Para uma visão geral dos debates sobre gerações da Guerra, V. Global Insurgency and the Future of Armed Conflict; Debating Fourth-Generation Warfare, ed. Teddy Terrif, Aaron Karp, and Regina Karp (London: Routledge, 2008). Sobre a frequência e disseminação do conflito irregular v. *Invisible Armies*, An Epic History of Guerrilla Warfare from Ancient Times to the Present, Max Boot (New York: Liveright, 2013), Cit. p/ HOFFMAN

[4] U.S. Department of Defense, Quadrennial Defense Review Report, February 2010, <http://www.defense.gov/QDR/QDR%20as%20of%2029JAN10%201600.pdf>; Japanese Ministry of Defense, Defense of Japan 2010 (Annual White Paper), http://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/2010.html

[5] Base Aeronaval da Ilha Woody – Uma das várias instalações chinesas na área do contestado Arquipélago das Ilhas Spratley (mais de 750 recifes, atóis, ilhas e acidentes marítimos), região assinalada por alta tensão político-militar. Estrutura: pista de pouso de 3.500 m com infraestrutura de

apoio, píer para embarcações leves, possíveis silos de mísseis antiaéreos.

[6] Nadia Schadlow, Peace and War: The Space Between, War on The Rocks, August, 18, 2014. <http://www.warontherocks.com/2014/08/peace-and-war-the-space-between/>

[7] Força russa operando em Luhansk, no leste ucraniano, identificada como a 200ª Brigada de Infantaria Motorizada, acantonada em Murmansk. Claramente visível o nº do código do transporte ferroviário da unidade – H-2200 e o triângulo e nº 831 em amarelo do carro T-72 B3. A inscrição na lateral do carro da foto da esquerda, abaixo, além da foice e martelo, é "pela pátria mãe". Os borrados brancos na torre, foram feitos pelo fotógrafo para encobrir o número.

[8] U.S. Department of Defense, Irregular Warfare (IW) Joint Operating Concept (JCO) Version 1.0, September 11, 2007. http://www.dtc.mil/doctrine/concepts/joc_iw_v1.pdf

[9] V. Jessica Lewis MacFare, The ISIS Defense in Iraq and Syria: Countering an Adaptive Enemy, Institute for Study of War Middle East Security Report No. 27.

<http://www.understandingwar.org/sites/default/files/ISIS%20Defense%20in%20Iraq%20and%20Syria%20-%20-%20Standard.pdf>

[10] 22 U.S. Code 2656 f(d)(2). V. U.S. Department of State, Bureau of Counterterrorism, "Glossary," <http://www.state.gov/j/c1/info/c16718.htm>

[11] A expressão "democratização da violência" relaciona-se com o acesso facilitado e crescente a equipamentos letais, contribuindo para a persistente instabilidade e o aumento de poder e ascensão de atores não-estatais – progressiva aquisição de um arsenal de armas portáteis, armas coletivas e de tiro indireto, e dispositivos explosivos im-

provisados (IEDs) aperfeiçoados, veículos leves e pesados guiados por controle remoto/drones robotizados. O emprego desse arsenal por um leque de terroristas, rebeldes, insurgentes e uma série de atores não-estatais aumentou consideravelmente, graças a tecnologias relativamente acessíveis. V. Derek Harvey, *What Is the Democratization of Violence?* October 5, 2014, <http://derekharvey.org/2014/10/05/what-is-the-democratization-of-violence/>

[12] V. Ashton B. Carter, John Deutch, and Philip Zelikow, *Catastrophic Terrorism: Tackling new Danger*, *Foreign Affairs*, vol. 77, No. 6 (November/December 1998), <http://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1998-11-01/catastrophic-terrorism-tackling-new-danger>; United States Commission of National Security/21st Century, *New World Coming American Security in the 21st Century*, Supporting Research and Analysis (Washington: U.S. Government Printing Office, September 15, 1999), http://govinfo.library.met.edu/ussg/NWR_A.pdf

[13] V. James R. Clapper, Director of National Intelligence, *Statement for the Record: Worldwide Threat Assessment of the US Intelligence Community*, Senate Armed Services Committee, February 26, 2015, pp. 13–16, http://www.dni.gov/files/documents/Unclassified_2015_ATA_SFR_-_SASC_FINAL.pdf, Cit. P/HOFFMAN

[14] Daniel L. Byman, *The Resurgence of al Qaeda in Iraq* – testemunho perante o Subcommittee on Terrorism, Nonproliferation, and Trade and Subcommittee on Middle East and North Africa, Committee on Foreign Affairs, U.S. House of Representatives, December 12, 2013, <http://www.brookings.edu/research/testimony/2013/12/12-resurgence-al-qaeda-iraq-byman>; Seth G. Jones, *A Persistent Threat: The Evolution*

of al Qaeda and Other Salafi Jihadists (Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2014), Cit. p/HOFFMAN

[15] William Braniff, análise apresentada perante o Committee on Armed Services, U.S. House of Representatives, February 4, 2014, – *State of Al Qaeda, Its Affiliates, and Associated Groups: View from Outside Expert* – http://armed-services.house.gov/index.cfm/hearings-display?ContentRecord_id=F754C1E6-F88A-4C17-92CC-D51B071AEA03, Cit. p/HOFFMAN

[16] Haim Malka and William Lawrence, *Jihadi-Salafism's Next Generation*, Center for Strategic and International Studies, Middle East Program Analysis Paper, October 2013, <http://csis.org/publication/jihadi-salafisms-next-generation>

[17] De acordo com a ONU (entrevista do Secretário Geral Ban Ki Moon à BMF.TV, 04 de abril de 2016), o DAESH tem vinculação com trinta e quatro wilayat (Províncias) pelo mundo, destacando-se as situadas na África – Nigéria, Somália, Chad e Mali; Oriente Médio – Península do Sinai, Iraque, Síria, Península Arábica e Yemen; Ásia – Paquistão, Afeganistão, Bangladesh e sul do Cáucaso.

[18] James N. Mattis and Frank G. Hoffman, “Future Warfare: The Rise of Hybrid Wars,” *U.S. Naval Institute Proceedings*, Vol. 132, No. 11 (November 2005), <http://milnewstbay.pbworks.com/f/MattisFourBlockWarUSNINov2005.pdf>; Frank G. Hoffman, “Hybrid Threats: Reconceptualizing the Evolving Character of Modern Conflict,” *National Defense University, Institute for National Strategic Studies Strategic Forum No. 240*, April 2009, <http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Publications/Detail/?lang=en&id=98862>

[19] V. <http://www.natolibguides.info/hybridwarfare>.

[20] Frank G. Hoffman, *Conflict in the 21st Century: The Rise of*

Hybrid Wars (Arlington, VA: Potomac Institute for Policy Studies, December 2007, pp. 14, 58, http://www.potomacinstitute.org/images/stories/publications/potomac_hybridwar_0108.pdf; Frank G. Hoffman, “Hybrid vs. Compound War,” *Armed Forces Journal*, October 2009, <http://indianstrategicknowledgeonline.com/web/4198658.pdf>.

[21] “Manifestantes” antigoverno atuando em Querche, Criméia, antes da anexação, identificados posteriormente como Forças Especiais russas. A missão principal desses grupos era a ocupação ou neutralização de Centros de Comando do aparato de segurança ucraniano e Complexos de Comunicação, especialmente Rádios e TVs.

[22] Para saber mais, V. Peter Pomerantsev, “How Putin Is Reinventing Warfare,” *Foreign Policy*, May 5, 2014, <http://foreignpolicy.com/2014/05/05/how-putin-is-reinventing-warfare/> accessed July 15, 2015); S. G. Chekinov and S. A. Bogdanov, “The Nature and Content of a New-Generation Warfare,” *Military Thought*, Issue 4 (2013), pp. 12–23, http://www.eastviewpress.com/Files/MT_FROM%20THE%20CURRENT%20ISSUE_No.4_2013.pdf, Cit. p/HOFFMAN

[23] Robert A. Newson, “The 3 Areas Where the Navy Is Adjusting Its Operating Strategy,” *Defense One*, May 13, 2015, <http://www.defenseone.com/ideas/2015/05/3-areas-where-navy-adjusting-its-operating-strategy/112750/>

[24] Para mais informações, V. Frank Hoffman, “On Not-So-New Warfare: Political Warfare vs Hybrid Threats,” *War on the Rocks*, July 28, 2014, <http://warontherocks.com/2014/07/on-not-so-new-warfare-political-warfare-vs-hybrid-threats/> e David Maxwell, “Do We Really Understand Uncon-

ventional Warfare?" *Small Wars Journal*, October 23, 2014 <http://smallwarsjournal.com/jrnl/art/do-we-really-understand-unconventional-warfare>.

[25] Para conhecer o memorando de Kennan, promovendo essa política sob os auspícios do Departamento de Estado americano, V. "Policy Staff Planning Memorandum," May 4, 1948, <http://academic.brooklyn.cuny.edu/history/johnson/65ciafounding3.htm>

[26] Ver U.S. Army Special Operations Command, "SOF Support to Political Warfare," White Paper, March 10, 2015 <https://dl.dropboxusercontent.com/u/6891151/Support%20to%20Political%20Warfare%20White%20Paper%20v2.3-R-MT%20%2810MAR2015%29%20%20%20.pdf> Cit. p/HOFFMAN

[27] U.S. Army Special Operations Command, "Counter-Unconventional Warfare," White Paper, September 26, 2014, <https://info.publicintelligence.net/USASOC-CounterUnconventionalWarfare.pdf>.

[28] V. David Maxwell, "Taking a Spoon to a Gunfight," *War on the Rocks*, April 2, 2014, <http://warontherocks.com/2014/04/taking-a-spoon-to-a-gunfight/>. V. tb. Steven Metz, "In Ukraine, Russia Reveals Its Mastery of Unrestricted Warfare," *World Politics Review*, April 16, 2014, <http://www.worldpoliticsreview.com/articles/13708/in-ukraine-russia-reveals-its-mastery-of-unrestricted-warfare> Cit. p/HOFFMAN

[29] V. Jolanta Darczewska, "The Anatomy of Russian Information Warfare: The Crimean Operation, A Case Study," *Centre for Eastern Studies Point of View* No. 42, May 2014, http://www.osw.waw.pl/sites/default/files/the_anatomy_of_russian_information_warfare.pdf

[30] Ver (https://www.washingtonpost.com/world/national-security/russian-government-hackers-penetrated-dnc-stole-opposition-research-on-trump/2016/06/14/cf006cb4-316e-11e6-8ff7-7b6c-1998b7a0_story.html).

[31] Lawrence Freedman, "Ukraine and the Art of Limited Conflict," *Survival: Global Politics and Strategy*, Vol. 56, Issue 6 (December 2014–January 2015), pp. 7–38, <https://www.iiss.org/en/publications/survival/sections/2014-4667/survival--global-politics-and-strategydecember-2014-january-2015-bf83/56-6-02-freedman-6983> Cit. p/HOFFMAN

[32] Dean Cheng, "America Needs a Comprehensive Strategy for Countering China's Expanding Perimeter of National Interests," *Heritage Foundation Issue Brief* No. 4397, April 28, 2015, <http://www.heritage.org/research/reports/2015/04/america-needs-a-comprehensive-strategy-for-countering-chinas-expanding-perimeter-of-national-interests>.

[33] V. Christopher Layne, "Sleepwalking with Beijing," *The National Interest*, No. 137 (May/June 2015), p. 45. <http://nationalinterest.org/>

[34] V. Graham T. Allison, statement in hearing, China, the U.S., and the Asia-Pacific, Committee on Armed Services, U.S. Senate, April 14, 2015, http://www.armed-services.senate.gov/imo/media/doc/Allison_04-14-15.pdf Cit. p/HOFFMAN

[35] Adam P. Liff and G. John Ikenberry, "Racing Toward Tragedy? China's Rise, Military Competition in the Asia Pacific, and the Security Dilemma," *International Security*, Vol. 39, No. 2 (Fall 2014), p. 53, http://www.mitpressjournals.org/doi/pdf/10.1162/ISEC_a_00176 Cit. p/HOFFMAN

[36] V. James Jay Carafano,

"Avoiding the Unthinkable: Preventing a US–China Nuclear War," *The National Interest*, February 9, 2015, <http://nationalinterest.org/feature/avoiding-the-unthinkable-preventing-us-china-nuclear-war-12209?page=2>

[37] V. Joshua Keating, "Russia Gets Religion," *Slate*, November 11, 2014, http://www.slate.com/articles/news_and_politics/foreigners/2014/11/russia_orthodox_church_will_vladimir_putin_eradicate_all_boundaries_between.html

[38] Chuck Hagel, "The Defense Innovation Initiative," memorandum, U.S. Department of Defense, November 15, 2014, <http://www.defense.gov/pubs/OSD013411-14.pdf>;

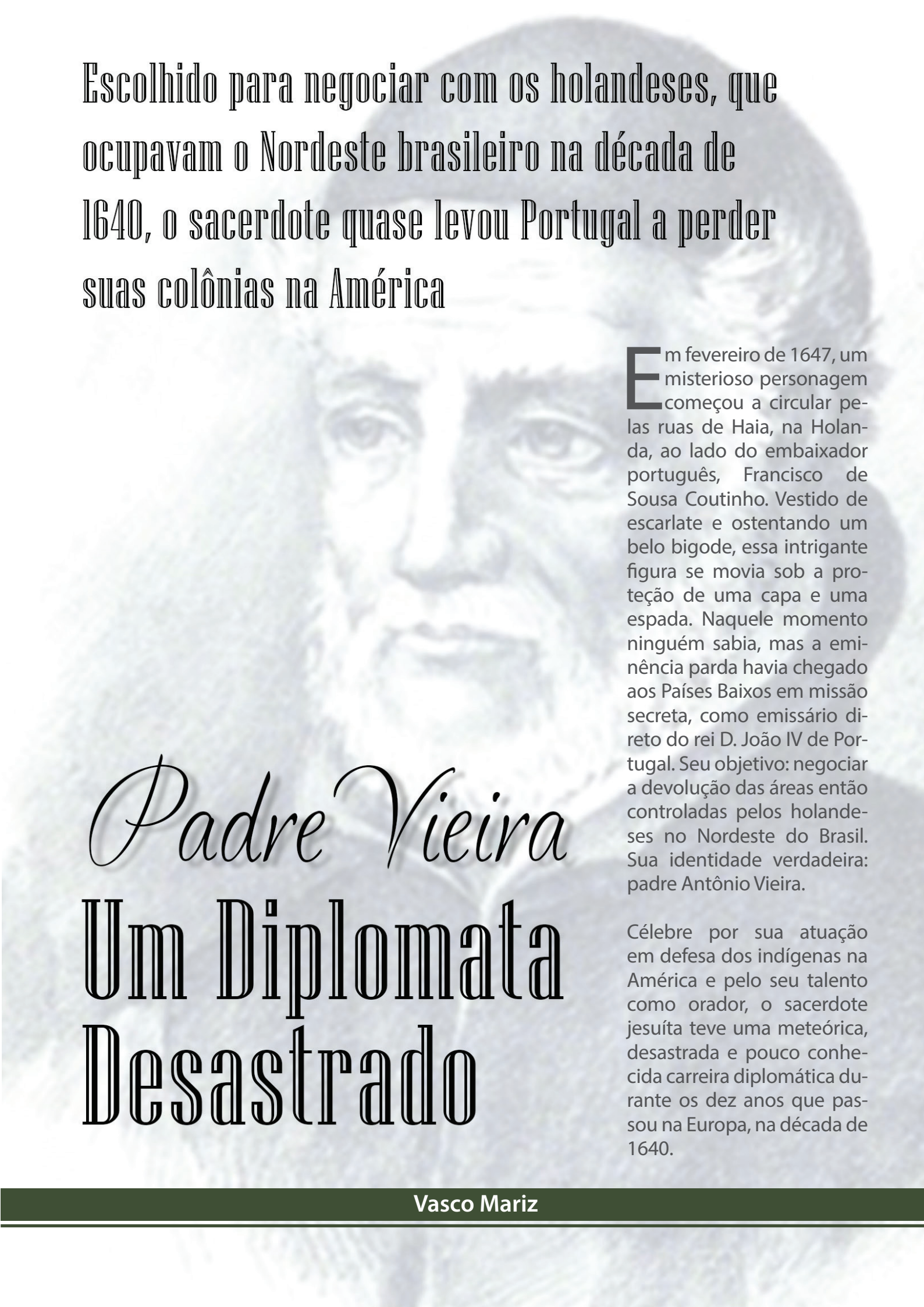
"Who's Afraid of America?" *The Economist*, June 13, 2015, <http://www.economist.com/news/international/21654066-military-playing-field-more-even-it-has-been-many-years-big> Cit. p/HOFFMAN

[39] V. Daniel Gouré, "Building the Right Military for a New Era: The Need for an Enduring Analytic Framework," in Dakota L. Wood, ed., 2015 *Index of U.S. Military Strength: Assessing America's Ability to Provide for the Common Defense* (Washington, DC: The Heritage Foundation, 2015), pp. 27–36, http://ims-2015.s3.amazonaws.com/2015_Index_of_US_Military_Strength_FINAL.pdf Cit. p/HOFFMAN

[40] Dov S. Zakheim, "Restoring American Supremacy," *The National Interest*, No. 136 (March/April 2015), <http://www.nationalinterest.org/feature/restoring-american-supremacy-12325> Cit. p/HOFFMAN

•

Frederico Aranha é advogado e pesquisador, colaborador da AHIMTB/RS (e-mail: aranha.frederico@outlook.com)



Escolhido para negociar com os holandeses, que ocupavam o Nordeste brasileiro na década de 1640, o sacerdote quase levou Portugal a perder suas colônias na América

Em fevereiro de 1647, um misterioso personagem começou a circular pelas ruas de Haia, na Holanda, ao lado do embaixador português, Francisco de Sousa Coutinho. Vestido de escarlate e ostentando um belo bigode, essa intrigante figura se movia sob a proteção de uma capa e uma espada. Naquele momento ninguém sabia, mas a eminência parda havia chegado aos Países Baixos em missão secreta, como emissário direto do rei D. João IV de Portugal. Seu objetivo: negociar a devolução das áreas então controladas pelos holandeses no Nordeste do Brasil. Sua identidade verdadeira: padre Antônio Vieira.

Célebre por sua atuação em defesa dos indígenas na América e pelo seu talento como orador, o sacerdote jesuíta teve uma meteórica, desastrada e pouco conhecida carreira diplomática durante os dez anos que passou na Europa, na década de 1640.

Padre Vieira Um Diplomata Desastrado

Tudo começou em 1641, quando ele foi convidado a integrar a comissão baiana encarregada de levar as congratulações do Brasil ao rei D. João IV, que havia acabado de assumir o trono português depois de mais de 60 anos de domínio espanhol.

Então com 33 anos, ele logo fascinou o monarca com seu talento de orador e passou a ser convidado para debater os problemas nacionais com o soberano. Um dos temas que mais preocupava os dois era a delicada situação do reino diante da dupla ameaça representada pela Holanda e pela Espanha.

Em 1640, Portugal havia proclamado sua independência em relação ao vizinho ibérico, mas Madri não estava nem um pouco disposta a aceitar essa situação, e D. João IV precisava de cada homem e de cada navio para defender sua autonomia política. Nessa situação, como poderia se dar ao luxo de dispersar recursos militares para defender o Brasil e tentar recuperar o Nordeste, ocupado, desde 1630, pelos holandeses?

Diante do impasse, o sacerdote e o monarca chegaram à mesma conclusão: como Portugal não tinha meios para combater os dois inimigos ao mesmo tempo, era preciso negociar a paz a qualquer preço com a Holanda para se concentrar nos combates pela independência com a Espanha.

Uma vez definido o objetivo, os dois bolaram um plano para alcançá-lo: o projeto inicial consistia em tentar comprar dos holandeses a metade do Brasil já ocupada. Caso os estrangeiros se recusassem e insistissem em ficar com Pernambuco, o que era mais provável, então o rei estaria disposto até mesmo a reconhecer os direitos dos holandeses sobre aquela riquíssima região em troca de um tratado de paz firme e duradouro, além da promessa de apoio a Portugal em disputas com a Espanha, também inimiga dos batavos.

Em 1646, o monarca enviou Antônio Vieira em uma primeira missão diplomática para avaliar a verdadeira situação política da Holanda. Ele deveria confirmar as informações que a corte de Lisboa recebia do embaixador português em Haia, Francisco de Sousa Coutinho.

Após essa primeira viagem, Vieira deu dois conselhos ao monarca. O primeiro: acrescentar aos dois milhões de cruzados previstos para a compra das terras no Brasil uma soma adicional para a “compra da compra”, ou seja, o suborno dos delegados holandeses com voto nos Estados Gerais, a assembleia das Províncias Unidas dos Países Baixos. A segunda recomendação foi criar duas companhias comerciais, no estilo das grandes empresas mercantes holandesas, que se ocupariam uma do comércio com o Brasil e Angola, e outra com o Extremo Orien-

te. Para isso era indispensável obter apoio financeiro dos ricos judeus portugueses que haviam fugido para a França e a Holanda para escapar da Inquisição. Na defesa de sua tese, Vieira chegou até o extremo de combater qualquer tipo de auxílio da metrópole aos patriotas luso-brasileiros, que haviam se organizado bem e se propunham expulsar os holandeses de Pernambuco.

O soberano confiou então ao padre uma missão secreta junto ao embaixador português em Haia para tentar negociar com os holandeses. Foi assim que, em fevereiro de 1647, Vieira desembarcou nos Países Baixos com status de embaixador adjunto, onde ficaria até julho daquele ano, circulando disfarçado sob trajes escarlate, capa e espada.

Aos 39 anos, ele estava no auge de sua forma como orador. O magnetismo pessoal e a extraordinária lábia do sacerdote convenceram facilmente os judeus portugueses expatriados nos Países Baixos a ajudar com sua influência regional e suas riquezas, antevendo polpudos negócios a curto prazo. O desafio de convencer as autoridades holandesas da proposta de D. João IV, no entanto, era muito grande, e as negociações conduzidas pelo embaixador residente, Sousa Coutinho, e por seu misterioso ajudante, foram um grande fracasso.

O revés não desanimou o monarca português e D. João IV



^ ACORDO PERIGOSO

O Tratado de Münster selou a paz entre a Espanha e a Holanda, complicando a situação de D. João IV: agora, os dois países poderiam atacar Portugal juntos. Quadro de Gerard Terborch, da Galeria Nacional, Londres.

lançou uma nova investida, dessa vez atuando em duas frentes: agora os portugueses pretendiam negociar ao mesmo tempo com a França, inimiga dos holandeses e espanhóis, e com os Países Baixos.

A estratégia em relação à Holanda permanecia a mesma, com um ponto adicional: a fim de ganhar tempo para os revoltosos no Brasil, Sousa Coutinho chegou a propor que Portugal e Holanda criassem uma espécie de protetorado conjunto no Nordeste brasileiro. Essa “republicazinha”, como escreveu ele, seria gerida por funcionários dos dois países, sob a direção administrativa da Companhia das Índias Ocidentais.

A novidade dessa segunda rodada de negociações foi a inusitada proposta que D. João IV apresentou à França: casar o

herdeiro do trono português, o jovem D. Teodósio, com a filha do duque de Orléans, irmã do rei de França. De acordo com o projeto, elaborado pelo padre Vieira, o soberano lusitano abdicaria em favor do duque de Orléans, que assumiria a regência até a maioridade de D. Teodósio. O plano previa, portanto, entregar Portugal a um príncipe francês por cinco anos e propunha, muito antes de 1808, a transferência de parte da família real para o Brasil. A ideia era que D. João IV se estabelecesse em Salvador ou no Maranhão e passasse a reinar somente na colônia. Vieira acreditava que, com essa manobra, Portugal e Brasil estariam a salvo, pois os franceses os protegeriam dos holandeses e dos espanhóis.

Se a proposta fosse aceita, o Brasil se separaria de Portugal como um reino independente e os dois provavelmente não voltariam a reunir-se. Mas como conceber o modestíssimo Brasil de então, uma estreita faixa de terra com pouco mais de 100 quilômetros

de largura, como um país independente? Se o Nordeste era rico, o sul era ainda muito pobre em meados do século XVII.

Apesar de absurdo, o projeto foi levado adiante e o sacerdote tomou o caminho de Paris, em 1647, para negociar com o todo-poderoso cardeal Jules Mazarin, primeiro-ministro que governou a França durante a regência da rainha Ana da Áustria. O embaixador português em Paris, o marquês de Niza, ficou boquiaberto com a missão de Vieira. Mostrou-se tão horrorizado com esse projeto secreto que, terminadas as negociações, mandou queimar todos os documentos que mencionavam aquelas conversações com os franceses. Por isso temos poucos pormenores das negociações em Paris.

Mais uma vez, no entanto, os planos do padre Vieira e de D. João IV foram por água abaixo. Mazarin e a regente Ana da Áustria recusaram prontamente a oferta do modesto rei de Portugal. “Que pretensão!”, teriam dito os arrogantes franceses. Esqueciam-se os lusos de que a rainha da França era espanhola e não gostava nada de Portugal. Além disso, a Coroa lusa valia pouco sem o Brasil. O que teria a França a ganhar com essa complicada barganha? Como ponderou o historiador português Hernâni Cidade: “A entronização de um rei no Brasil seria fechar para a França as perspectivas

que ela de há muito visionava nesta colônia. Na emergência, defendeu melhor os nossos interesses o cardeal francês do que o jesuíta lusitano”.

Após o novo fracasso diplomático, a situação de D. João IV começou a se complicar. As grandes potências europeias haviam iniciado as negociações da paz de Vestfália, que encerrariam a Guerra dos Trinta Anos e reorganizariam as políticas de alianças no continente em 1648, e a Espanha ameaçava retirar-se das conversas se Portugal, que ela continuava a não reconhecer como país independente, fosse admitido nas reuniões. Segundo o historiador pernambucano Evaldo Cabral de Mello, diante desse impasse o cardeal Mazarin teria aconselhado o marquês de Niza, embaixador português na França, a “agir rapidamente cedendo Pernambuco a fim de evitar que os holandeses continuassem a fazer todo o mal que já haviam feito em Münster às pretensões portuguesas. Embora não houvesse garantia de que aceitassem a restituição em troca da inclusão de Portugal na paz de Vestfália, era provável que o fizessem, dado o empenho que tinham na re aquisição dos territórios perdidos no Brasil e as enormes despesas em que teriam de incorrer para reconquistá-los pelas armas”.

Por um triz, todo o Nordeste, do Maranhão ao rio São Francisco, quase foi cedido aos

holandeses em troca de um duvidoso tratado de paz. Com essa jogada, aparentemente de mestre, D. João IV deixaria de lutar em duas frentes e poderia reforçar a fronteira com a Espanha, sempre desejosa de reconquistar Portugal. Mazarin chegou a mencionar nas conversações com Vieira e com o marquês de Niza a possibilidade de o Rio de Janeiro ser cedido à França, como parte de eventual acordo.

A situação de Portugal piorou ainda mais quando a Holanda assinou um acordo de paz com a Espanha que reconhecia sua independência, em 1648. O fim das hostilidades entre os dois países abriu a possibilidade de ambos se juntarem para atacar Portugal, na Europa e em suas colônias. D. João IV chamou, então, o padre Vieira de volta a Lisboa. Nessa época, o sacerdote começou a cair em desgraça, pois era unânime em Portugal e no Brasil a reprovação das negociações em Paris e Amsterdã. Nessa altura ele e Sousa Coutinho já eram chamados de “Os Judas do Brasil”.

Acuado, Vieira redigiu a pedido do rei um notável memorando, que ficou conhecido como o “Papel Forte”, para defender o tratado junto aos Conselhos de Estado de D. João IV. Sua argumentação era bastante convincente. Ele comparou a penosa situação de Portugal com a da próspera Holanda, comentando: “Damos-lhes por vontade o que nos hão de tomar pela força. Mas Pernambuco não é doado, senão vendido pelas conveniências da paz, e não vendido para sempre, para o tornarmos a tomar com a mesma facilidade, quando nos virmos com melhor fortuna. (...) Restituída a região à Companhia [das Índias Ocidentais holandesa], ela passará a ter todo interesse em cultivar a amizade com Portugal, em vez de incorrer nos riscos e gastos de nova conquista do Brasil”.

MOMENTO CULMINANTE v

Quando tudo parecia perdido, chegou a Lisboa a notícia da vitória luso-brasileira sobre os holandeses na Batalha de Guararapes, saudada por Antonio Vieira como um verdadeiro milagre.



No entanto, se os brasileiros haviam conseguido encurralar os holandeses na Paraíba e no Recife, o comércio marítimo com a metrópole continuava um completo desastre. Nada menos que 220 naus portuguesas haviam sido capturadas pelos holandeses, e os luso-brasileiros não podiam mais enviar o seu açúcar para vendê-lo em Lisboa, nem receber armamentos ou ajuda militar de Portugal.

No fim de 1648 o rei D. João tinha realmente de tomar alguma medida drástica ou abandonar de vez Pernambuco, afirmou o historiador britânico Charles R. Boxer. O monarca aceitou o conselho de Vieira e mandou organizar a Companhia de Comércio do Brasil utilizando o capital judaico português no exílio, que passava a ficar isento de confisco pelas autoridades eclesiásticas da Inquisição, mesmo se o investidor fosse culpado de heresia. Segundo Boxer, a estratégia foi acertada, pois “graças à cooperação da armada da Companhia do Brasil, os patriotas de Pernambuco foram finalmente capazes de expulsar os holandeses do Nordeste em janeiro de 1654”.

Com a vitória dos luso-brasileiros na segunda Batalha dos Guararapes, em fevereiro de 1649, o domínio holandês no Nordeste brasileiro foi ferido de morte e os invasores ficaram apenas com Recife. Ainda sem condições de tomar a cidade, os luso-brasileiros tiveram de esperar pela guerra naval anglo-holandesa, que

ecloদিu em 1652, para que D. João IV ousasse autorizar a captura do último bastião holandês. O apoio do monarca à resistência contra a ocupação, aliás, sempre foi um tema controverso entre os historiadores. O britânico Charles R. Boxer e o português João Lúcio de Azevedo sugerem que o rei nunca teria dado o seu consentimento expresso à Insurreição Pernambucana e apenas acompanhara a trama de revolta para talvez desautorizá-la depois, em caso de fracasso. Evaldo Cabral de Mello, por outro lado, afirma que o soberano sempre teria apoiado os revoltosos, mas muito discretamente. Seja como for, os holandeses deixaram o Nordeste em 1654, ano da capitulação do Recife.

Com a retomada de Pernambuco, os acordos que o padre Vieira tentou negociar perderam completamente o sentido. O sacerdote ainda seria enviado a Roma em uma última missão diplomática, em janeiro de 1650. Mais uma vez, porém, a coisa terminaria mal. Depois de se envolver indevidamente na política local, foi obrigado a fugir da Itália em julho do mesmo ano.

De volta ao Brasil, em 1652, o sacerdote se estabeleceu em São Luís do Maranhão, onde se destacou pela defesa dos indígenas contra a ganância dos colonos portugueses. A partir desse período, Antônio Vieira começou a ganhar fama por seus sermões, que se tornariam um dos maiores patrimônios da língua portu-

guesa. Foi assim que o Brasil ganhou um dos oradores e escritores mais brilhantes de sua história e perdeu um dos diplomatas mais desastrosos do Império Português.

•

Fontes:

O negócio do Brasil. Evaldo Cabral de Mello. Topbooks, 2003.

O império marítimo português (1415-1825). Charles R. Boxer. Companhia das Letras, 2002.

História de Antônio Vieira. João Lúcio de Azevedo. Alameda, 2008.

Padre Antônio Vieira. Hernâni Cidade. Editorial Presença, 1997.

A great Luso-Brazilian figure – Padre Antônio Vieira, S.J. (1608-1697). Charles R. Boxer.





LIGA DA DEFESA NACIONAL

FUNDADA POR OLAVO BILAC EM 1916

CNPJ 42.183.749/0001-61

AGRACIADA COM AS ORDENS DO MÉRITO MILITAR, NAVAL, AERONAUTICO,
IMPERADOR DOM PEDRO II E CRUZ DO MÉRITO DA EDUCAÇÃO CÍVICA E AS
MEDALHAS TAMANDARÉ E PACIFICADOR

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELO GOVERNO FEDERAL

Mensagem da Liga da Defesa Nacional – Dezembro de 2016
(Ano do Centenário da LDN)

A Liga da Defesa Nacional foi fundada em 1916, há cem anos, portanto, por um grupo de acendrados patriotas, liderados pelo poeta-cidadão Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac, simplesmente Olavo Bilac, cujo aniversário natalício transcorre em 16 de dezembro. Eis o motivo desta Cerimônia, que anualmente realizamos no último mês do ano, para a outorga da comenda da Ordem do Mérito Cívico. Esta honorificência é concedida a eminentes personalidades que se distinguiram e vêm se distinguindo na prestação de bons e relevantes serviços à Pátria e/ou no eficaz apoio às nossas atividades.

O presente ano é histórico para a Liga, porquanto é o ano de seu Centenário! O memorável acontecimento de sua fundação se deu às 17 horas do dia 7 de setembro de 1916, em 'Sessão Solene de Instalação', na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, local escolhido por Bilac, eis que, como afirmou, era o mais apropriado, por ser "a casa dos livros, o templo das ideias, o cérebro do Brasil". Na ocasião, o insigne poeta proferiu uma patriótica e antológica Oração, na qual expôs os motivos da criação da Entidade e os objetivos que ela buscava colimar, dali para frente, como a difusão de valores cívicos e morais, sem qualquer envolvimento com atividades políticas, credos religiosos ou filosóficos.

Ao longo de uma rica e profícua evolução histórica, durante um século, a Liga da Defesa Nacional engajou-se em inesquecíveis campanhas em prol da brasilidade. Assim, propôs ao governo, nos idos de 1930, a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa nas colônias de imigrantes e a inclusão nos currículos escolares, de assuntos atinentes ao patriotismo, como a mandatória necessidade do canto do Hino Nacional e do culto à Bandeira. Nos anos de 1950, participou, ativamente, da cruzada "O Petróleo é Nosso" e, no começo do presente século, se posicionou, peremptoriamente, contra o lesivo "Acordo de Alcântara", por atentatório à Soberania Nacional. Na atualidade, três magnas preocupações a afligem:

1º) a Educação, tão desconsiderada em todos os níveis de ensino, imprescindível, inclusive, para que os brasileiros tenham uma robusta saúde cívica e saibam bem escolher os seus representantes políticos, sem se idiotizarem e iludirem com o populismo e a demagogia;

2º) a forte cobiça internacional, da parte de nações hegemônicas, sobre as nossas "Amazônia Verde" e "Amazônia Azul", patrimônios inalienáveis do povo

QUE DEUS NOS APONTE COMO MELHOR SERVIR À PÁTRIA

SRTN QUADRA 701 - W3 NORTE, BLOCO P EDIFÍCIO BRASÍLIA RADIO CENTER

SALAS 3063 e 3064 - TEL: (61)3326-8944; WHATSAPP: (61)99837-8471

CEP: 70719-900 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

E-mail: ldnbrasil@brasil.com



LIGA DA DEFESA NACIONAL

FUNDADA POR OLAVO BILAC EM 1916

CNPJ 42.183.749/0001-61

AGRACIADA COM AS ORDENS DO MÉRITO MILITAR, NAVAL, AERONAUTICO,
IMPERADOR DOM PEDRO II E CRUZ DO MÉRITO DA EDUCAÇÃO CÍVICA E AS
MEDALHAS TAMANDARÉ E PACIFICADOR

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELO GOVERNO FEDERAL

brasileiro, riquíssimas em biodiversidade, petróleo, água doce, minerais estratégicos, etc; e

3º) a atual e caótica conjuntura político-social, que reputamos de extrema gravidade. Sim, pois aí estão, apesar dos esforços governamentais, o baixíssimo crescimento econômico, a inflação, o desemprego, os rebaixamentos do grau de investimento do País, a recessão da economia, a insegurança jurídica, etc., tudo isso aliado a uma corrupção sem freios, que vem, felizmente, sendo repudiada, com determinação e coragem, por toda a nação brasileira. E ainda, e o mais preocupante: a incitação ao divisionismo, pela odienta luta de classes marxista-leninista, bastando que se atente às atuais e graves agitações promovidas por movimentos ditos 'sociais' e que, desafortunadamente, também envolvem jovens estudantes ideologizados, que seguem as diretrizes do maldito-seja Foro de São Paulo.

Lembre-mos de que as nossas Unidades – territorial e linguística –, a integração nacional e a miscigenação racial são belas heranças lusitanas que deveremos preservar e transmitir, com ufanía, a nossos filhos e aos filhos de nossos filhos! E não apenas por isso, devemos repelir, com veemência, ideologias materialistas, internacionalistas e ateias, além do fanático e bestial terrorismo religioso, eis que o nosso modo de viver, livre e democrático, baseia-se em benditos princípios consagrados pelo mundo ocidental e cristão ...

Senhoras e Senhores! A centenária Liga da Defesa Nacional permanecerá, iterativamente, a pugnar, com desassombro, pela Soberania, Paz Social, Democracia, Integração Nacional, Integridade Territorial, Moralidade e Grandeza do amado Brasil, País-Continente que não merece a canga de um destino mesquinho para o seu tamanho!

Em vigília permanente, estaremos sempre Alertas! “Tudo pelo Brasil!”, continuará sendo o nosso lema!

Obrigado a todos pelas honrosas presenças! Feliz Natal e um Venturoso Ano-Novo!

E que nos sirvam de constante motivação, os inolvidáveis versos do Fundador e Patrono da Liga da Defesa Nacional, também Patrono do Serviço Militar Obrigatório, o ínclito poeta e patriota Olavo Bilac:

“Ama, com fé e orgulho, a terra em que nasceste!

Criança! Não verás nenhum País como este!”

Muito obrigado!

QUE DEUS NOS APONTE COMO MELHOR SERVIR À PÁTRIA

SRTN QUADRA 701 - W3 NORTE, BLOCO P EDIFÍCIO BRASÍLIA RADIO CENTER

SALAS 3063 e 3064 - TEL: (61)3326-8944; WHATSAPP: (61)99837-8471

CEP: 70719-900 - BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL

E-mail: ldnbrasil@ gmail.com

Uma Imagem da Guerra



Ilustração do artista norte-americano Norman Rockwell, 1944. Um fuzileiro naval estaduniense descansa, em pausa na distribuição de correspondência de Natal.

A FAHIMTB E SUA ANTECESSORA, A AHIMTB

A **Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB)** foi fundada em Resende, RJ, em 1º de março de 1996 e reorganizada em 23 de abril de 2012 como **Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB)**, com sede no interior da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), e mais cinco academias federadas:

- A **AHIMTB/RESENDE** – Academia Marechal Mário Travassos, junto à FAHIMTB na AMAN e presidida pelo acadêmico emérito Cel Claudio Moreira Bento;

- A **AHIMTB/Distrito Federal** – Academia Marechal José Pessoa, com sede no Colégio Militar de Brasília, sob a presidência do acadêmico emérito Gen Div Arnaldo Serafim;

- A **AHIMTB/Rio de Janeiro** – Academia Marechal João Batista de Mattos, com sede na Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB/RJ) e sob a presidência do acadêmico emérito Eng Ten R/2 Art Israel Blajberg;

- A **AHIMTB/Rio Grande do Sul** – Academia General Rinaldo Pereira da Câmara, com sede no Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA) e sob a presidência do acadêmico emérito Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis;

- A **AHIMTB/São Paulo** – Academia General Bertoldo Klinger, com sede no Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba (IHGGS), sob a presidência do acadêmico Historiador Adilson Cesar, também o presidente do citado Instituto. As citadas AHIMTB funcionam com delegações de poderes específicos da FAHIMTB e AHIMTB/Resende.

A AHIMTB foi fundada na data do aniversário do término da Guerra do Paraguai e do início do ensino militar na Academia Militar das Agulhas Negras em Resende. Teve, como sua sucessora, a FAHIMTB e as AHIMTB federadas, que são destinadas a desenvolver a História das Forças Terrestres do Brasil: Exército, Fuzileiros Navais, Infantaria da Aeronáutica, Forças Auxiliares e outras forças que as antecederam desde o Descobrimento.

A FAHIMTB, com sede e foro em Resende mas de amplitude nacional, tem como patrono o Duque de Caxias e como patronos de cadeiras historiadores militares terrestres consagrados.

O TUIUTI

Informativo oficial da AHIMTB/RS

Para visualização, recomendamos o uso de um leitor de PDF atualizado (ADOBE Reader ou equivalente, versão 5.0 ou superior) com as opções do Menu **View**, ítem **Page Display**, **Two Page View**, **Show Gaps Between Pages** e **Show Cover Page in Two Pages View** ligadas. Dessa forma, a publicação será exibida na forma projetada. Caso seu programa esteja em Português, escolha no Menu **Visualizar**, o ítem **Exibição da Página**, clique em **Exibição em Duas Páginas** e **Exibir Página de Rosto em Exibição em Duas Páginas**.



O **Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis** é responsável pelo projeto gráfico e pelo design do informativo **O Tuiuti**, do que muito se orgulha. Com o objetivo de divulgar a História, sobretudo em seu viés militar, o Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis tem, como missão, levar ao máximo possível de pessoas o conhecimento da História Militar, divulgando sua importância, resgatando os seus valores e as suas memórias, fornecendo subsídios para uma educação integral e de qualidade. Nossa postura é absolutamente independente, livre de qualquer posição política ou religiosa, voltada unicamente para a preservação e divulgação do conhecimento histórico, sem qualquer conexão com entidades que não tenham cunho explicitamente cultural. Mais informações no endereço digital **www.nucleomilitar.com**

Apoio à FAHIMTB:





AHIMTB / RS

ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR
TERRESTRE DO BRASIL / RS

